

Fórum cobra clareza na divulgação de dados para cultura

Agência Brasil

RIO DE JANEIRO - A cultura é um vetor importante para o [desenvolvimento](#) e deve ser priorizada e planejada nas esferas governamentais, afirmou à *Agência Brasil* a coordenadora-geral do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro (FPO/RJ), Ruth Espínola Soriano de Mello. Em conjunto com o [Conselho](#) Regional de [Economia](#) (Corecon/RJ), o FPO/RJ promove na noite desta quinta-feira (27) o debate Cultura: Arte ou Mercadoria?.

O evento se insere nas discussões sobre reformas nos mecanismos de incentivo à cultura, que ocorrem no país. Ruth Espínola disse que os dados disponíveis sobre os recursos para a área da cultura são muito difusos no Brasil. É preciso, ressaltou, que haja uma maior transparência na divulgação desses dados para a sociedade.

O fórum organiza os dados orçamentários da política pública para servir de base para o movimento social, disse a coordenadora-geral. Em relação à cultura do município do Rio de Janeiro, por exemplo, a entidade constatou que os [gastos](#) são irregulares nos últimos quatro anos. Em 2006, eles somaram R\$ 160 milhões e, em 2007, “tiveram uma queda muito forte, de quase 50%”, disse à *Agência Brasil* o pesquisador João Paulo de Oliveira Vieira, da equipe do FPO/RJ.

Em 2008, os gastos com cultura voltaram a subir mas, para 2009, a projeção é que sejam menores do que R\$ 80 milhões. “Deve ser próximo do valor de 2007, mas ainda um pouco menos”, disse Vieira. As informações referentes à cidade de Niterói mostram que os gastos com cultura são mais regulares. “Eles crescem em 2006 e 2007, mas, em 2008, caem e, de acordo com a nossa projeção, devem cair bastante em 2009”, afirmou. A projeção é feita com base na média dos gastos executados até julho.

No ano passado, os gastos com a área da cultura em Niterói atingiram cerca de R\$ 12 milhões. Para 2009, a previsão é que totalizem R\$ 7 milhões. A equipe de pesquisa do FPO/RJ é integrada ainda por Camila Callegario e Izabel Barbosa Lima.

Na avaliação do economista Luiz Mário Behnken, do Corecon, também coordenador do FPO/RJ, cultura é mais do que arte. “A cultura vai além da questão da arte, por conta da transformação em mercadoria, via incentivo fiscal, via participação mercadológica. Mercadoria está nesse sentido: a arte e a cultura estão muito vinculadas à venda. E a gente considera que cultura não deve ser isso não. Deve ser uma política de transformação da sociedade. Cultura quase como uma libertação da pessoa”, afirmou à *Agência Brasil*.

Luiz Mário defendeu também que haja maior transparência em relação aos gastos públicos com cultura. Destacou que há três tipos de fonte de financiamento para o setor: o dinheiro público; o mecenato (pessoa que dá dinheiro para a cultura); e o aspecto mercadológico, em que a empresa patrocina a cultura, como forma de vincular sua marca ou mostrar uma visão de responsabilidade social.

“O problema é que as leis que fizeram isso embaralharam essas três formas [de financiamento] e, hoje, você não consegue identificar quem é quem, ou quanto é de cada um”, afirmou Luiz Mário. Na visão do economista, é preciso que o orçamento tenha a sua destinação clara do dinheiro público para a cultura.

“A sua forma de financiamento tem de ser mais objetiva. Não pode ser o que está hoje, em que os empresários definem o que vai ser patrocinado de cultura. Na realidade, é isso que está acontecendo. Não é mais pelo valor artístico. É pelo valor comercial”, disse. Argumentou ainda “que não se trata de censura. Mas, simplesmente, de enfatizar que o artista que se dispõe a ser patrocinado pelo Estado, para receber recursos públicos, tem que ter aprovado o seu projeto com critérios transparentes”.